

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Daniel João Guarnieri

Matrícula: 00165676

**A influência do Crédito Rural no desenvolvimento da Extensão Rural do
município de Passo Fundo/RS**

PORTO ALEGRE, Setembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO

**A influência do Crédito Rural no desenvolvimento da Extensão Rural do
município de Passo Fundo/RS**

Daniel João Guarnieri

Matrícula: 00165676

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito
para obtenção do Grau de Engenheiro Agrônomo, Faculdade
de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de Campo do Estágio: Adriano Nunes de Almeida – Engenheiro Agrônomo
Orientador Acadêmico do Estágio: Flavia Charão Marques – Doutora em Desenvolvimento
Rural

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Mari Lourdes Bernardi - Departamento de Zootecnia - Coordenadora

Beatriz Maria Fedrizzi - Departamento de Horticultura e Silvicultura

Elemar Antonino Cassol - Departamento de Solos

Josué Sant'ana - Departamento de Fitossanidade

Lúcia Brandão Franke - Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia

Renata Pereira da Cruz - Departamento de Plantas de Lavouras

PORTO ALEGRE, Setembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por todo o suporte e apoio ao longo de minha graduação, em especial ao meu irmão Gilberto, minha mãe Dulce e minha avó Maria pelo apoio financeiro ao longo desta fase de minha vida e por ter sempre encontrado incentivos nos momentos de dificuldade.

Agradeço de forma especial ao meu pai Roque (*in memoriam*), por seus ensinamentos e pelo gosto que herdei pela terra, sendo fruto da escolha de minha profissão, me tornando eternamente grato e feliz por esta escolha.

Agradeço a minha tia Tere por ter contribuído para a escolha do local de realização do estágio e por todo o aprendizado obtido no convívio com esta pessoa.

Agradeço a EMATER/RS – ASCAR por aceitar meu pedido de estágio, de forma especial ao Engenheiro Agrônomo Adriano Nunes de Almeida pela supervisão durante sua realização e por seu empenho em transmitir seus conhecimentos durante e após sua realização, como também a todos os demais funcionários deste escritório.

Agradeço a professora Dra. Flávia Charão Marques pela orientação acadêmica neste estágio e pelos conhecimentos transmitidos ao longo deste curso, por seu empenho e dedicação não medindo esforços para a ótima formação de seus alunos.

“Os agradecimentos parece ser a parte mais simples porque podemos demonstrar a nossa gratidão para as pessoas que fizeram parte desta história, mas ao mesmo tempo se torna difícil, pois nossa história ainda vai ser completada e temos muito mais pessoas a agradecer do que as que constam neste breve relato”.

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi realizado com base no estágio desenvolvido no escritório municipal da EMATER/RS - ASCAR localizado no município de Passo Fundo/RS. O local de estágio foi escolhido pelo fato de a EMATER/RS - ASCAR ser o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no estado do Rio Grande do Sul. Foi possível desta forma vivenciar na prática como são realizadas as atividades, tanto a nível de escritório, como também a nível de propriedade. Os resultados alcançados nesta vivência direta com o meio de trabalho foram fundamentais para a ideal formação profissional.

RESUMO

A agricultura caracteriza-se por estar em constantes mudanças ao longo do tempo, em se tratando de propriedades rurais essas mudanças geralmente estão ligadas a necessidade de investimentos. Sendo assim, se torna indispensável à disponibilidade de meios de acesso ao Crédito Rural, principalmente em se tratando da agricultura familiar, para que assim a Extensão Rural consiga implementar de forma satisfatória essas mudanças possibilitando a permanência das famílias no campo.

Tendo em vista estas transformações que ocorrem ao longo do tempo é de fundamental importância também o conhecimento de como se estabelece a difusão entre a pesquisa até os agricultores ou vice-versa. Assim também o entendimento de como ocorre o funcionamento da Assistência Técnica e Extensão Rural em nosso estado, motivo este fundamental para a escolha da realização do estágio em uma instituição como a EMATER/RS – ASCAR que é referência no estado do Rio Grande do Sul neste aspecto.

Outro ponto a ser destacado é a região escolhida, o local de realização do estágio, este pertencente à região norte do estado, região tradicionalmente de grande importância no setor agrícola. Diante deste aspecto torna-se fundamental o entendimento de como está ocorrendo esta difusão de conhecimentos e qual foi o papel do Crédito Rural em tornar até os tempos atuais uma região tão prospera.

LISTA DE TABELAS

	Página
1. Evolução da população urbana e rural do município de Passo Fundo (1857 - 2010).....	11
2. Crescimento da EMATER/RS - ASCAR (número de escritórios, extensionistas e público beneficiário por ano).....	19
3. Equipe do Escritório Municipal da EMATER/RS – ASCAR de Passo Fundo.....	22

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Divisões municipais do Rio Grande do Sul com destaque a localização do município de Passo Fundo.....	12
2. Balanço hídrico climatológico de Passo Fundo.....	15
3. Mapa de solos da região de Passo Fundo/RS.....	17
4. Mapa do estado do Rio Grande do Sul destacando a localização de cada escritório regional da EMATER/RS ASCAR.....	20
5. Região de cobertura da regional da EMATER/RS - ASCAR de Passo Fundo/RS.....	21
6. Volume de Crédito Rural ofertado no Brasil a partir de 1985 até 2011.....	28
7. Perdas devido a problemas de polinização em decorrência do déficit hídrico.....	32
8. Curso de capacitação para agroindústrias de panificação.....	33
9. Encontro de agroindústrias.....	34
10. Croqui da área a ser irrigada.....	36
11. Demonstração do funcionamento de um sistema de aspersão e gotejamento...	37

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	11
2.1 Localização.....	11
2.2 Aspectos sócio-econômicos.....	12
2.3 Clima.....	15
2.4 Solos.....	16
2.5 Recursos hídricos.....	18
2.6 Infraestrutura de estradas.....	18
3 INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	19
3.1 Caracterização estadual.....	19
3.2 Caracterização regional e municipal.....	21
4 REFERENCIAL TEÓRICO DO ASSUNTO PRINCIPAL.....	23
4.1 A Extensão Rural e sua história.....	23
4.2 O Crédito Rural e sua influência na Extensão Rural.....	26
5 ATIVIDADES REALIZADAS.....	30
5.1 Acompanhamento na Assistência Técnica aos produtores.....	30
5.2 Execução de Laudos de Comprovação de Perdas.....	31
5.3 Adequação e implantação de agroindústrias.....	33
5.4 Implantação de projetos de irrigação.....	35
5.5 Participação em reuniões.....	38
6 DISCUSSÃO.....	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
ANEXOS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa descrever as atividades realizadas na disciplina “Estágio Supervisionado em Agronomia”, disciplina do curso de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que é realizada no oitavo semestre do respectivo curso. Sendo assim, o estágio foi realizado na EMATER/RS - ASCAR (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural) no escritório municipal de Passo Fundo/RS, tendo sido realizado nos dias 06-01-2014 a 28-02-2014, totalizando uma carga horária de 300 horas.

O tema do trabalho é o acesso ao Crédito Rural e a influência que este tem no desenvolvimento da Extensão Rural, devido ao fato de que a maior parte das atividades realizadas por este escritório estarem intimamente relacionada a estes dois aspectos. Neste sentido, se destaca a importância que o Crédito Rural tem para a região, pois uma boa parte das ações da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é direcionada conforme a demanda dos projetos de crédito, e estes principalmente destinados a agricultores familiares através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ainda, registra-se que é a agricultura familiar que demanda a maior parte destes serviços.

Conforme dados do escritório, no ano de 2013, foram realizados 207 projetos de crédito o que totalizou um movimento financeiro de quase seis milhões de reais (R\$ 5.866.124,30).

O trabalho de revisão de literatura e as observações realizadas durante o estágio refletem a necessidade e a importância das políticas públicas diferenciadas com relação à obtenção de Crédito Rural; principalmente, pelo fato de que, na região de atuação do escritório, historicamente foram os médios e grandes proprietários de terras que mais tiveram acesso ao crédito. Até os anos de 1990, os recursos tomados através do crédito agrícola foram destinados a grosso modo a estas categorias de produtores. Desta forma, agricultores familiares pouco podiam contar com crédito adequado às suas necessidades e especificidades. No avanço do crédito para este segmento da população rural percebe-se a importância de órgãos de ATER capazes de promover o apoio técnico e financeiro, a fim de favorecer o desenvolvimento rural de forma sustentável, fortalecendo a capacidade produtiva da agricultura familiar e contribuindo para uma maior geração de emprego e renda nas áreas rurais, além da promoção de melhor qualidade de vida dos agricultores familiares.

O acesso ao Crédito Rural é um importante fator para possibilitar o crescimento do setor agrícola e proporciona uma melhor gestão e manutenção dos recursos naturais. Ao longo de muitos anos, um dos grandes entraves ao desenvolvimento da economia brasileira foi a questão do crédito e dos financiamentos para o setor agrícola, pois o sistema de Crédito Rural caracterizava-se por oferecer elevadas taxas de juros e uma alta concentração de operações a curto prazo, impossibilitando muitas vezes o seu acesso pelos pequenos agricultores. Também, não se pode deixar de registrar o fato de que a exploração agrícola é uma atividade de alto risco, encontrando também sérias restrições em alternativas de seguros agrícolas, principalmente, aqueles ofertados pelas empresas privadas.

Diante desta questão, o papel da EMATER/RS – ASCAR também é na confecção de laudos e relatórios de perdas para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), sendo que estes mecanismos se tornam de fundamental importância para os produtores rurais permanecerem em suas atividades, tendo-se em vista as constantes perdas, principalmente, nas culturas de verão como soja e milho que são as mais cultivadas na região de realização do estágio.

Para o meio rural, o crédito possibilita investimentos em insumos e maquinários destinados às atividades, acúmulo de capital humano e fixo, incorporação de novas tecnologias, regularização do fluxo de consumo frente à sazonalidade da produção rural, entre outros aspectos. Por outro lado, existem dificuldades por parte de alguns produtores em obter este crédito, fato este que foi observado durante o estágio pelo elevado número de produtores que se dirigiam ao escritório com o objetivo de obter informações sobre os procedimentos para a aquisição do crédito. Sendo assim, fica evidente o papel da Extensão Rural em compreender as características dos produtores que não conseguem acessar este crédito para facilitar o desenho de políticas e instrumentos que ampliem o acesso, colaborando para a geração de renda e redução das desigualdades no meio rural.

Para tratar dos assuntos aqui introduzidos este trabalho traz uma descrição da região onde foi realizado o estágio, uma revisão da literatura que enfatiza o crédito e a extensão rural, aspectos sobre as atividades realizadas, uma breve discussão dos temas priorizados e, por fim, são tecidas considerações finais.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

2.1 Localização

Localizada no Planalto Médio Gaúcho (Figura 1), na porção norte do estado, Passo Fundo está entre os municípios mais importantes do Rio Grande do Sul, é o único com população superior a 100.000 habitantes dos 216 municípios do noroeste rio-grandense, é também o 12º município mais populoso do estado e apresenta a nona maior economia, considerando o PIB municipal de 2008. No entanto, se agruparmos os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Passo Fundo passa para a quinta posição, tanto em termos demográficos como econômicos. A partir do ano 2000, a taxa de urbanização ultrapassa os 97% ficando desta forma somente 3% da população no meio rural, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 1 – Evolução da população urbana e rural do município de Passo Fundo (1857 - 2010)

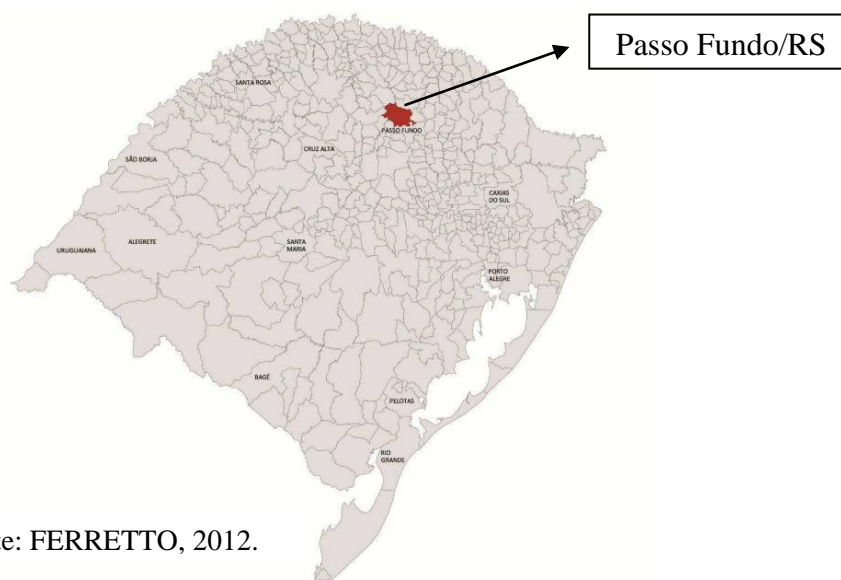
ANO	TOTAL	RURAL	%	URBANA	%
1857	7.586	*	*	*	*
1900	21.374	*	*	*	*
1920	65.000	59.000	90	6.000	9
1940	80.138	59.554	74	20.584	26
1950	101.887	69.658	68	32.229	32
1960	93.179	42.620	46	50.559	54
1970	93.850	22.981	24	70.869	76
1980	121.156	15.688	13	105.468	87
1991	147.239	10.023	7	137.216	93
2000	168.458	4.710	3	163.748	97
2010	184.869	4.710	3	180.159	97

Fonte: 1857 (Adaptado de KALIL et al p.45), 1900 E 1920 (Adaptado de TEDESCO et al. P.80), 1940 a 2010 (IBGE), citado por FERRETTO, D. 2012 p. 32.

Desde sua emancipação a partir do município de Cruz Alta, em 1857, Passo Fundo sofreu 20 desmembramentos, sendo eles Palmeira das Missões (1874), Soledade (1875), Guaporé (1903), Erechim (1918), Carazinho (1931), Getúlio Vargas (1934), Sarandi (1939),

Marau (1954), Tapejara (1955), Sertão (1963), Ciríaco (1965), David Canabarro (1965), Ibiaçá (1965), Victor Graeff (1965), Água Santa (1987), Ernestina (1988), Coxilha (1992), Gentil (1992), Mato Castelhano (1992) e Pontão (1992). Nesse processo, sua área inicial, de 24.802 km² foi reduzida para 780 km², cerca de 3% do território original, mas ao mesmo tempo em que o município perdia território, o núcleo urbano começou a se firmar como um pólo importante na rede de cidades que começava a se concretizar (SOBARZO, 2010).

Figura 1 - Divisões Municipais do Rio Grande do Sul com destaque a localização do município de Passo Fundo.



Fonte: FERRETTO, 2012.

A região de influência de Passo Fundo contempla praticamente a mesma população da região de influência de Caxias do Sul, cerca de um milhão de habitantes, e 25% a mais do que Santa Maria. No entanto, o que chama atenção é a diferença no número de municípios, ou seja, Caxias do Sul e Santa Maria têm sobre sua área de influência 46 e 40 cidades, respectivamente, e a região de influência de Passo Fundo abarca 132 municípios (FERRETTO, 2012).

2.2 Aspectos sócio-econômicos

Embora a participação do setor agropecuário na economia do município de Passo Fundo

seja de somente 3,3% e a população rural seja de apenas 2,7%, esses dados não traduzem a realidade, pois o município tem como característica a dependência de atividades relacionadas ao meio rural, sendo que a agricultura constitui-se como o carro-chefe da economia da cidade e da região. De acordo com pesquisa feita pela Fundação Getulio Vargas, a qual avaliou indicadores como saúde, educação e vigor econômico, Passo Fundo aparece como a 44ª melhor cidade brasileira para se viver e investir e ocupa a nona posição quando considerado apenas as cidades da região sul.

Sobarzo (2010) define Passo Fundo como uma cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio, sendo que para este último apresenta desde sua fundação uma relação direta com as atividades agrícolas, exercendo um papel de articulador regional de apoio às atividades do campo, na prestação de serviços especializados, na fabricação e venda de insumos e máquinas agrícolas, na formação de mão de obra, no investimento em pesquisa e no apoio logístico à armazenagem e transporte da produção agrícola.

O desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo teve início com a incorporação de suas terras à rota dos tropeiros, seguido da exploração da erva-mate durante o século XIX. Com a chegada de imigrantes europeus na região e a implantação de uma ferrovia, começou o início da disseminação de práticas agrícolas e a exploração das florestas nativas, sendo que a partir da década de 1930 a agricultura se firma como a principal atividade da região. Inicialmente, a agricultura foi impulsionada pela produção de trigo, visto que nesta época o Rio Grande do Sul era o maior produtor de trigo do Brasil, e Passo Fundo juntamente com Erechim os principais municípios produtores. A região passou por um intenso processo de reestruturação produtiva baseado, sobretudo, na mecanização da agricultura; na época, 60% da frota de tratores do Rio Grande do Sul estava empregada na triticultura. No entanto, a partir do final da década de 1950 a produção de trigo entra em crise na região de Passo Fundo devido às irregularidades climáticas, ausência de recursos, falta de conhecimento dos pequenos agricultores, dificuldades no transporte e comercialização e, principalmente, devido aos incentivos praticados pelo governo da época que visava à importação deste produto, diante destes fatos surge um enfraquecimento da produção tritícola e a emergência do cultivo da soja. Inicialmente, a soja aparece como cultura complementar ao trigo que resultaria nas décadas seguintes no binômio conhecido como trigo-soja, sendo que a partir de 1960 a mesma se torna o principal produto da região (BEUX, 2003; TEDESCO, 2005; RÜCKERT, 2003).

Beux (2003, p. 110) caracteriza três períodos referentes à modernização da agricultura na região de Passo Fundo: entre 1955 a 1965 onde ocorre a inserção de máquinas e insumos agrícolas; de 1965 a 1975 onde se constituiu o complexo agroindustrial caracterizado pelo surgimento de indústrias de apoio à atividade agrícola e a partir de 1980 com a integração dos capitais sob o comando do capital financeiro.

Com a consolidação destas culturas Passo Fundo passa a ser conhecida mais adiante como “*A cidade do agronegócio*”, desta forma a cidade se caracteriza por apresentar um setor de serviços destinados a atender às demandas destas atividades, com a implantação da Embrapa Trigo, pioneira na região, instalada em 1974 e um conjunto de instituições de ensino com cursos voltados ao ramo das Ciências Agrárias (FERRETTO, 2012).

A economia urbana é fortemente dependente da lavoura como se observa pelas empresas com atividades no município como a BSBios (indústria e comércio de biodiesel), a Italc (indústria de laticínios) e a Ambev (maltaria), sendo que muitas delas não se limitam a atuar apenas no município, como por exemplo a Frangosul (indústria processadora de frangos), hoje, do Grupo Dour e a Metasa (fabricante de máquinas e implementos agrícolas) do grupo Kuhn, apresentando inclusive aporte de capital internacional. Também, tem destaque a Semeato, terceira maior empresa em valor adicionado do município, como exemplo de uma empresa familiar, de capital local, fundada na década de 1960, que atualmente tem atuação global, exportando máquinas agrícolas para diversos países.

Com relação ao comércio de apoio ao agronegócio, Sobarzo (2010, p.55) lista a presença de 12 empresas de comercialização de insumos agropecuários, 34 de produtos veterinários, 29 de máquinas agrícolas, oito empresas especializadas na comercialização de cereais, quatro voltadas ao transporte de cereais, 13 na comercialização de sementes, 12 empresas de adubos e fertilizantes, nove de produtos fitossanitários, nove de assessoria técnica, além de duas empresas especializadas em irrigação e uma em aviação agrícola.

A área rural do município de Passo Fundo conta com 1.086 estabelecimentos rurais, os quais ocupam 59.355 hectares, sendo 940 estabelecimentos familiares em 26.158 hectares e 146 estabelecimentos patronais em 33.197 hectares. Desses dados pode-se concluir que, embora os estabelecimentos familiares representem 86,5% do total, ocupam somente 44% da área, ao passo que os patronais, que representam 13,5% dos estabelecimentos, ocupam 56% da área, sendo a média de área dos estabelecimentos familiares de 28,4 hectares e a dos patronais,

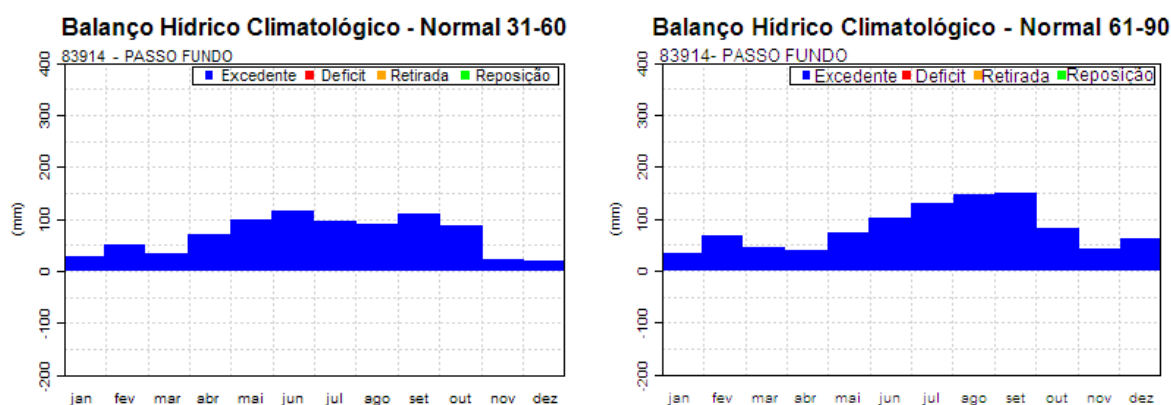
de 227,4 hectares (SILVA, 2003).

2.3 Clima

Pela classificação de Köppen o clima local é descrito como subtropical úmido (Cfa), com chuva bem distribuída durante o ano e temperatura média do mês mais quente superior a 22 °C, apresentando precipitações em todos os meses do ano, sem estação seca ou chuvosa definida.

Segundo dados do INMET, demonstrados nas normais climatológicas a partir de 1931 (Figura 2) verifica-se que no município de Passo Fundo tem em média um excedente de pluviosidade, sendo que na estação fria tem os maiores índices e na estação quente os menores.

Figura 2 - Balanço Hídrico Climatológico de Passo Fundo (1931/1960 e 1961/19).



Fonte: INMET, 2014.

Segundo Berlato et al. (2003) a precipitação normal anual (período 1931/60) média no Estado, é da ordem de 1.540 mm, sendo que as precipitações mais abundantes estão localizadas na metade norte do Estado, com potencial de chuva podendo chegar a 1.500 mm superior ao esperado para a metade sul.

Estes mesmos autores afirmam que para o planejamento da agricultura a quantificação da variabilidade e da frequência de condições climáticas limitantes é tão importante quanto o conhecimento das condições médias ou normais das variáveis meteorológicas. Desta forma

fica evidente que apesar de o município de estágio apresentar em sua classificação climática chuvas bem distribuídas durante o ano sem estação seca ou chuvosa definida pode haver oscilações nestas normais climatológica que, conforme o momento de ocorrência na cultura pode provocar reduções em sua produtividade, fato este que foi comprovado durante as vistorias executadas nas lavouras de milho em razão do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

No caso da precipitação pluvial, essas determinações são importantes na agricultura não irrigada, como subsídio às práticas de manejo de culturas que possam maximizar o aproveitamento da precipitação natural. Por outro lado, esses estudos também fornecem suporte indispensável para a tomada de decisão quanto a necessidades de irrigação para o planejamento da agricultura como um todo e para que se possa quantificar as deficiências hídricas, não só em termos médios, mas em sua frequência de ocorrência a longo prazo tornando-se desta forma parte fundamental a análise destes dados para indicar ou não um determinado projeto de irrigação como os que estavam sendo executados no momento do estágio (BERGAMASCHI, MATZENAUER, 2014, p. 48).

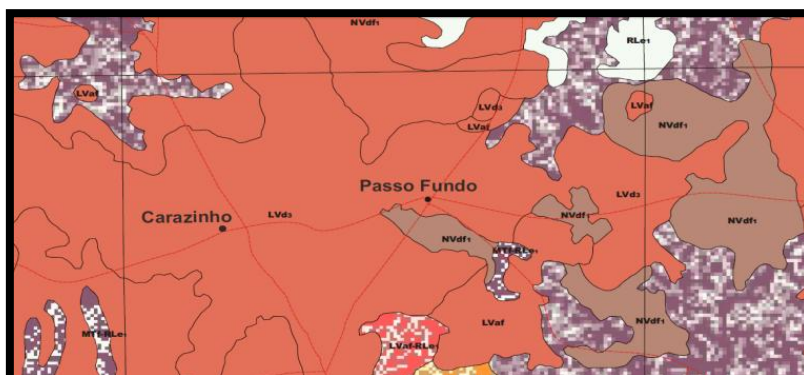
2.4 Solos

Os solos da região apresentam declividade geral do oriente para o ocidente, sendo atravessado no mesmo sentido por uma elevação que formam sucessivas coxilhas e chapadões, com tendência à declividade, a qual diminui à medida que toma a direção para oeste (MORETTO e MATOS, 1997).

Segundo Streck (2008), os solos predominantes na região são classificados como:

- Latossolo Vermelho distrófico húmico (LVd3),
- Latossolo Vermelho aluminoférrico húmico (LVaf),
- Nitossolo Vermelho distroférico típico (NVdf1),
- Neossolo Regolítico eutrófico (RRe1),
- Cambissolo Háptico eutrófico (CXe),

Figura 3 - Mapa de solos da região de Passo Fundo/RS.



Fonte: STRECK, 2008.

Os Latossolos Vermelhos da região são caracterizados como solos profundos e altamente intemperizados, sendo que os distróficos húmicos apresentam baixa saturação por bases contendo um horizonte A húmico, já os aluminoférricos apresentam um caráter aluminífero e um elevado teor de ferro (STRECK, 2008).

Para a classificação dos Nitossolos Vermelhos distroférricos típicos temos características muito próximas aos Latossolos, porém este apresentando um horizonte B nítico com predomínio da cor vermelha, baixa saturação por bases e altos teores de ferro com feições normais da classe (STRECK, 2008).

Para a classificação dos Neossolos Regolíticos eutróficos temos as características de solos novos e pouco desenvolvidos, apresentando um horizonte A assentado sobre a rocha totalmente alterada e contato lítico em profundidade maior que 50 cm apresentando alta saturação por bases (STRECK, 2008).

Para a classificação dos Cambissolos Háplicos eutróficos temos as características de um solo em processo incipiente de formação com uma acumulação de material orgânico intermediária e com uma saturação por bases maior que 50% (STRECK, 2008).

Para a classificação dos Luvisolos Háplicos pálicos temos características de solos que apresentam uma acumulação superficial de argila com cores aczentadas ou escuras no horizonte B sendo que sua espessura no horizonte A+B é maior que 80 cm (STRECK, 2008).

2.5 Recursos Hídricos

O município está muito bem servido de recursos hídricos, sendo banhado pelos rios Passo Fundo, Taquari, Jacuí, da Várzea; pelos arroios Miranda, Pinheiro Torto, Passo do Erval, Chifroso, Conceição, Engenho Velho e Antônio e pelas barragens Capinguí e Ernestina (Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014).

2.6 Infraestrutura de estradas

O município tem como vias de acesso a BR 285 (Lagoa Vermelha/Carazinho) que interliga os principais centros do eixo econômico Buenos Aires/Montevidéu/São Paulo/Rio de Janeiro, a RS 135 (Erechim), a RS 153 (Soledade/Porto Alegre), a RS 324 (Marau/Bento Gonçalves), a BR 153 (Erechim, estrada sem pavimentação) e a BR 386 (Porto Alegre, Radiais Sul, Leste, Oeste) (Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2014).

3. INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

3.1 Caracterização Estadual

A ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural surgiu em 2 de junho de 1955, com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura e o bem estar da população rural, está presente no cotidiano dos agricultores familiares de nosso estado. A partir de 1977, a ASCAR passa a atuar juntamente com a EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a denominação conjunta de EMATER/RS – ASCAR, as duas entidades executam as atividades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Rio Grande do Sul (EMATER/RS - ASCAR, 2013).

A Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados em um contingente superior a 280 mil famílias assistidas, com uma cobertura em 493 municípios do estado (ano de 2013) formando um total de 9.550 comunidades rurais onde permanentemente recebem a atuação do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, fertilizando continuamente o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado (EMATER/RS - ASCAR, 2014).

Tabela 2 - Crescimento da EMATER/RS - ASCAR (número de escritórios, extensionistas e público beneficiário por ano).

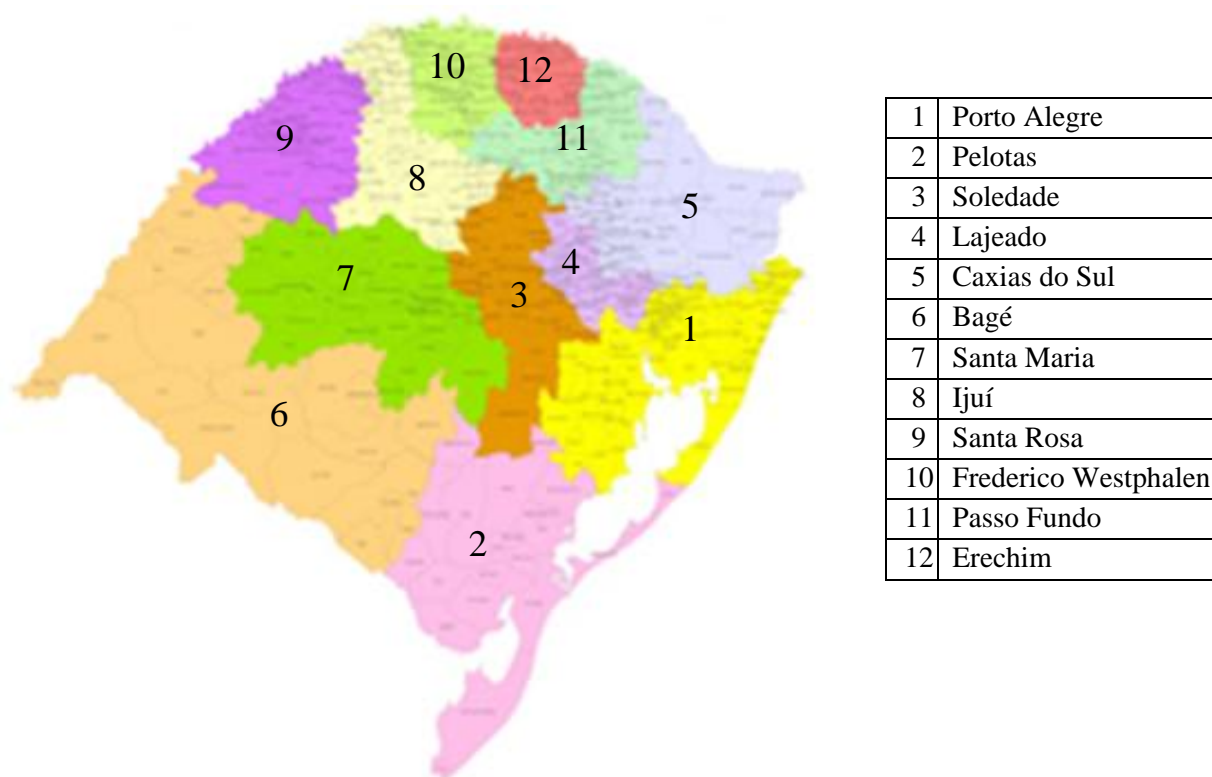
Discriminação	1955	1970	1980	1990	2000	2005	2009
N.º de Escritórios	8	94	157	268	446	484	485
N.º de empregados	22	396	1160	1.435	2.158	2.265	1.890
Público Beneficiado (famílias)	4.700	129.547*	102.586	103.898	151.330	253.446	281.984

* O público beneficiado refere-se ao número de agricultores orientados
Fonte: DEPONTI, 2010

A EMATER/RS - ASCAR tem como missão promover ações de assistência técnica e

social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando para o desenvolvimento rural sustentável (EMATER/RS - ASCAR, 2013). Ao todo, a entidade é composta por 12 regiões administrativas (Figura 4), 40 postos de classificação e certificação e um escritório central localizado em Porto Alegre, atualmente tem aproximadamente 2.500 funcionários, dentre os quais, cerca de 600 são Engenheiros Agrônomos.

Figura 4 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul destacando a localização de cada escritório regional da EMATER/RS-ASCAR.



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 2014.

A atuação da EMATER/RS - ASCAR visa promover a qualidade de vida e a organização sócio cultural da agricultura e pecuária familiar, buscando continuamente promover um aumento da produtividade nas propriedades assistidas por meio de uma redução de perdas e melhorias qualitativas da produção, com tecnologias que visem à redução do impacto ambiental, fomentando ações de geração de postos de trabalho e renda desconcentrada, promovendo desta forma uma maior soberania e segurança alimentar

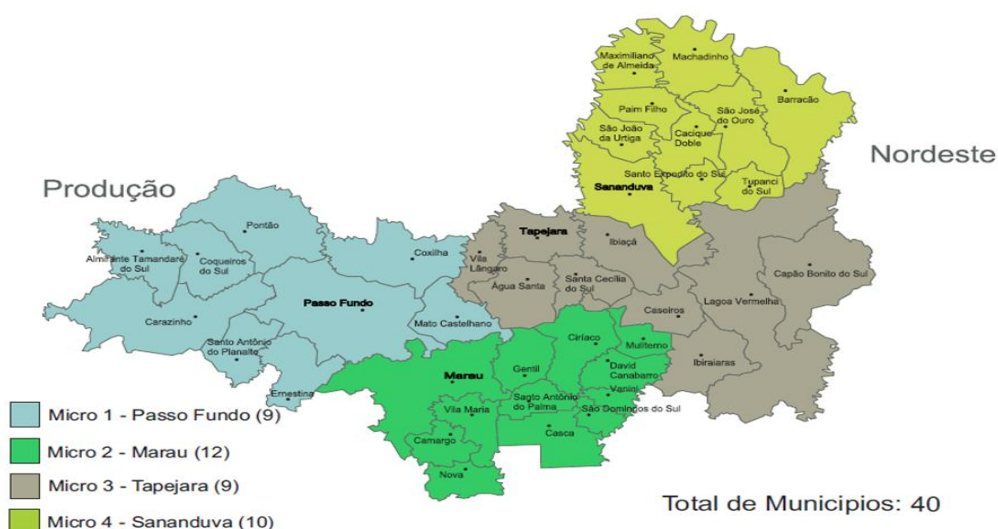
(EMATER/RS - ASCAR, 2013).

Também por meio de sua Extensão Rural busca apoiar e orientar as famílias e os municípios, bem como suas organizações na identificação dos recursos e potencialidades de desenvolvimento, incluindo atividades agrícolas e não-agrícolas operacionalizando junto ao público e aos parceiros as implementações de políticas públicas nos níveis municipais, estaduais e federais (EMATER/RS - ASCAR, 2013).

3.2 Caracterização regional e municipal

O escritório municipal da EMATER/RS - ASCAR de Passo Fundo foi aberto em 28 de dezembro de 1984, este pertence à região administrativa da EMATER Regional de Passo Fundo, que possui 40 municípios em sua abrangência.

Figura 5 – Região de cobertura da regional da EMATER/RS - ASCAR de Passo Fundo.



Fonte: EMATER/RS – ASCAR, 2013.

A equipe do escritório municipal da EMATER/RS - ASCAR do município de Passo Fundo é composta atualmente por uma Assistente Administrativa, uma Extensionista de Bem Estar Social, um Técnico em Agropecuária e dois Engenheiros Agrônomos (Tabela 3), estes têm o apoio técnico e administrativo dos profissionais do escritório regional com sede em Passo Fundo; sendo gerido por fim pelo escritório central localizado em Porto Alegre.

A diversidade de conhecimentos e a polivalência das especializações dos funcionários da EMATER/RS - ASCAR permite a mobilidade de conhecimento e o apoio técnico dentro da própria empresa, no sentido de fortalecer e ampliar as ações trabalhadas, sempre buscando o atendimento crítico voltado a racionalização do posicionamento técnico.

Tabela 3 - Equipe do Escritório Municipal da EMATER/RS – ASCAR de Passo Fundo.

FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
Alessandro Davesac	Engenheiro Agrônomo	Chefe de Escritório Municipal
Adriano Nunes de Almeida	Engenheiro Agrônomo	Extensionista Rural I
Daniel Leite	Técnico em Agropecuária	Extensionista Rural I – Nível Médio
Rosane Fátima Cauz	Técnico em Contabilidade e em Segurança do Trabalho	Assistente Administrativo
Salete Cavanus Fontana	Magistério	Extensionista Rural – Nível Médio – Bem Estar Social

Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 2014.

As tarefas do quadro funcional incluem além da capacitação dos agricultores e jovens rurais, a identificação do saneamento básico como instrumento de saúde pública, a realização de ações que promovam a proteção da saúde das populações e à preservação do meio ambiente com ações educativas e concretas que resultam no abastecimento de água para consumo humano, na disposição adequada dos esgotos domésticos e dos resíduos sólidos das propriedades rurais, e iniciativas que asseguram a segurança alimentar do público assistido, entendida principalmente como a produção de alimentos na propriedade (EMATER/RS-ASCAR, 2013).

4. REFERENCIAL TEÓRICO DO ASSUNTO PRINCIPAL

4.1 A Extensão Rural e sua história

A Extensão Rural pode ser vista atualmente como um processo de troca de saberes de forma bilateral entre o produtor rural e o técnico, sendo que esta se difere um pouco da Assistência Técnica, pois esta última tem um caráter mais pontual, ou seja, de resolver problemas específicos não apresentando uma ideia voltada a capacitar o produtor como a buscada pela Extensão Rural, desta forma devido ao seu caráter educativo desde seu início esteve relacionada a organizações governamentais, visando um modelo de serviço público e gratuito (PEIXOTO, 2008).

Segundo Deponti (2010), a Extensão Rural se inicia no Brasil no ano de 1948 através de um convênio entre Brasil e Estados Unidos que fazia parte de um programa de ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo e buscava atender às necessidades impostas pela conjuntura internacional e às necessidades de organização social interna. A Extensão Rural foi exportada para o Brasil juntamente com um pacote de modernização agrícola que passou a ser viabilizado a partir dos anos de 1950, quando foi dado início ao processo de mudança na base técnica da produção, tinha basicamente um caráter de comunicação e de difusão de inovações, baseada na ideologia da modernização.

Em uma análise mais detalhada da legislação encontrada no Sistema de Informações do Congresso Nacional, Peixoto (2008) relata que a Extensão Rural teve início muito antes do que a citada acima, pois já em meados do século XIX (1859 a 1860) o governo federal propunha algumas ações de Extensão Rural com a criação de quatro institutos imperiais de agricultura que possuíam atribuições de pesquisa, ensino agropecuário e também de difusão de informações, ou seja, apesar de rudimentares, estas políticas públicas previam a realização de exposições, concursos, levantamentos estatísticos rurais e publicação de periódicos com resultados de pesquisa, sendo ainda hoje vários destes métodos utilizados pela extensão (PEIXOTO, 2008, p. 13).

Após a criação dos quatro institutos imperiais, os serviços de Extensão Rural passaram por diversas leis e decretos chegando até o ano de 1948 com a criação da ACAR-MG, fato

citado por Deponti (2010) como início da Extensão Rural no Brasil. No entanto, do ponto de vista da legislação, as ações de Extensão Rural já existiam no Brasil embora abrangendo um número bem limitado de agricultores.

No Rio Grande do Sul, o serviço oficial de Extensão Rural foi criado em 1955 com a fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR). Na época, a Extensão Rural era definida como uma atividade destinada a estudos e pesquisas para a solução prática de problemas vitais dos agricultores e de suas famílias, sendo que visava atender o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das populações rurais através do crédito supervisionado ao pequeno agricultor e criador e da assistência aos mesmos e as suas famílias, pois os médios e grandes produtores já eram assistidos pelos serviços da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado.

Os primeiros escritórios locais da ASCAR foram implantados em Taquara, Pelotas, São Lourenço do Sul, São Sebastião do Caí, Bento Gonçalves, Estrela, Canguçu e Lajeado (EMATER/RS - ASCAR, 2005), e já em 1966 a instituição tinha um total de 42 escritórios municipais, que abrangiam 28% da área geográfica do Estado e 38% da população rural.

No ano de 1974, o Poder Executivo Federal cria a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), sendo uma empresa pública que tinha como objetivos colaborar na criação, implantação e operação dos projetos propostos pelos governos estaduais. Sendo assim, a EMBRATER iniciou contatos com os governos estaduais, recomendando a criação da EMATER (Empresa Estadual de Extensão Rural e Assistência Técnica) que deveria substituir a Associação de Crédito e Assistência Rural (ASCAR). Desta maneira em 14 de março de 1977, foi, então, constituída a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS (DEPONTI, 2010).

Cabe aqui registrar que no Rio Grande do Sul, a criação da EMATER não conduziu à extinção da ASCAR, ou seja, passaram a coexistir as duas entidades e, em 18 de dezembro de 1980, elas celebram o Protocolo Operacional de Ação Conjunta, estabelecendo uma administração conjugada de tal modo que, para fins de divulgação, adotaram o nome EMATER/RS – ASCAR.

Esta situação que perdura até hoje, é atualmente uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos onde mais de 70% do total dos

recursos financeiros utilizados pela entidade são oriundos do governo estadual (DEPONTI, 2010).

Vale destacar aqui que um grande passo para a Assistência Técnica e Extensão Rural especialmente aquela praticada pela EMATER/RS – ASCAR foi a emissão, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), da resolução nº 26 de 28 de novembro de 2001 que aprovou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar cujo objetivo é atender agricultores familiares, suas famílias e organizações, bem como outros trabalhadores rurais ficando o termo “agricultor familiar” de forma oficial a ser adotado nos projetos, planos e programas de governo (Diário Oficial da União, 2002).

Posteriormente, no ano de 2010, a política nacional de assistência técnica e extensão rural é transformada em Lei (Lei 12.188), consolidando um sistema descentralizado, sendo um serviço público a ser prestado pelo estado brasileiro aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, dentre outros mencionados na referida lei, tendo como objetivos:

- Promover o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente de forma gratuita com qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

- Adotar metodologias participativas como enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural;

- Adotar os princípios da agroecologia como enfoque preferencial para a produção sustentável;

- Promover a equidade nas relações de raça, gênero e etnia;

- Contribuir para a segurança, soberania alimentar e nutricional;

- Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional.

- Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

- Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

- Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo

nacional;

- Promover a integração da assistência técnica e extensão rural com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

- Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Cabe aqui destacar que o SIBRATER é composto por diferentes tipos de organizações, que podem estar habilitadas a prestar estes serviços de assistência técnica e extensão rural juntamente com a EMATER nos estados onde ela existe, sendo que temos também muitas Organizações Não Governamentais (ONGs), cooperativas de agricultores ou de técnicos, universidades, dentre outras.

4.2 O Crédito Rural e sua influência na Extensão Rural

A política agrícola, conforme definição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trata-se de um conjunto de ações que visam a colaborar com o desempenho produtivo, bem como a realizar estudos no campo da gestão de risco, das linhas de crédito e no levantamento de dados para o apoio das atividades de agricultura e pecuária. Dentro desta política agrícola está o Crédito Rural, que é uma das atividades desenvolvidas pelo escritório municipal da EMATER/RS – ASCAR do município de Passo Fundo, sendo que este crédito é disponibilizado conforme a demanda referente aos projetos executados pelos produtores assistidos.

Conforme descrito no Manual de Crédito Rural (MCR) existe três modalidades de financiamentos que compreendem a política de Crédito Rural. Dentre estas modalidades estão: o Crédito Rural Custeio, o Crédito Rural Investimento e o Crédito Rural Comercialização, sendo que a maior parte dos projetos executados e recursos disponibilizados pelo escritório municipal da EMATER/RS- ASCAR de Passo Fundo são referentes ao Crédito Rural de Custeio e ao Crédito Rural de Investimento, num total de 207 projetos no ano de 2013 (EMATER/RS – ASCAR, 2013).

Como definição contida em Pretto (2005), o PRONAF Custeio é um crédito considerado de curto prazo, com previsão de reembolso em até um ano para custeio pecuário e em até dois

anos para custeio agrícola, e os recursos contratados ao seu amparo são destinados a prover as despesas de formação de lavoura e manutenção de rebanhos. As taxas de juros para o PRONAF Custeio vão de 1,5% até 3,5% ao ano dependendo do valor financiado (Plano Safra 2014/2015). A imensa maioria dos contratos de crédito ao amparo do PRONAF realizados no Brasil é na modalidade Custeio, que, além disso, toma a maior parte dos recursos disponíveis.

A outra linha de crédito rotineiramente acessada pelos agricultores neste escritório é o PRONAF Investimento, que segundo este mesmo autor é uma linha de crédito de longo prazo, destinada a financiar investimentos nas propriedades dos agricultores familiares. Segundo o Manual de Crédito Rural (MCR), os créditos de investimento destinam-se ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários nos estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas, de acordo com projetos específicos, projetos estes a serem realizados por órgãos oficiais que promovem a Extensão Rural, como em nosso caso a ser executado pela EMATER/RS – ASCAR tendo-se em vista a necessidade de um conhecimento prévio do agricultor para se obter um projeto bem elaborado (sua capacidade de pagamento, o incremento na renda futura, etc). Desta forma, mais uma vez fica evidenciado a ligação que se tem entre a Extensão Rural e a efetivação de modo satisfatório do Crédito Rural.

Estes créditos nesta modalidade têm prazo de reembolso de até 10 anos incluindo um prazo de carência de até três anos, de acordo com as exigências da atividade que está sendo financiada. A taxa de juros do PRONAF Investimento é de 1% a 2% dependendo do valor a ser financiado (Plano Safra 2014/2015).

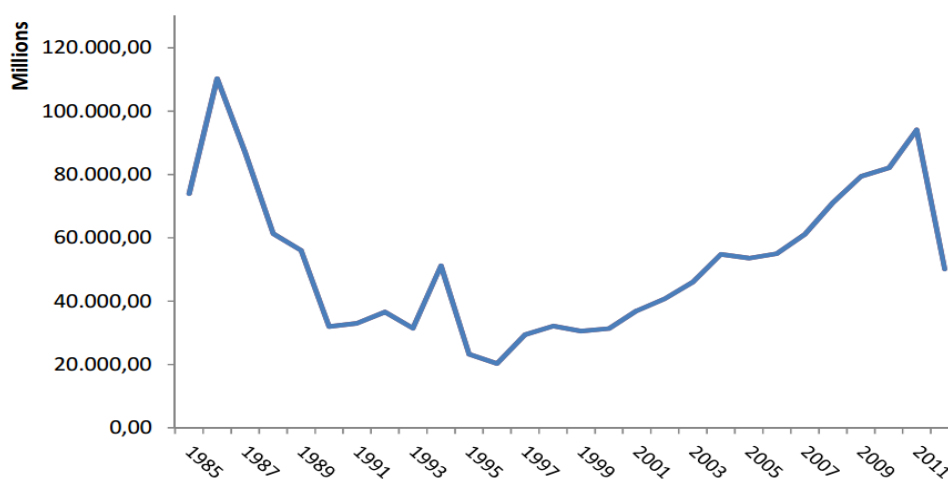
Tendo-se em vista a importância do Crédito Rural para a implantação dos projetos propostos pela Extensão Rural Massuquetti (1998) relata que este padrão de financiamento agrícola brasileiro se iniciou no período da economia colonial. Em um primeiro momento, da economia colonial até 1930, este se caracterizou por um crédito esporádico e limitado, voltado em atender às culturas de exportação tendo-se em vista o modelo adotado na época com o objetivo de ser um modelo agro-exportador. Com a Crise de 1929, houve uma mudança, passando para o modelo de substituições das importações. A partir deste momento o governo passou a ter um papel mais ativo na política de Crédito Rural priorizando a expansão do financiamento agrícola. Em 1965 cria o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a fim de desenvolver a atividade agrícola e proporcionar a modernização do setor agrícola,

proporcionando a manutenção das safras e permitindo que o produtor faça os investimentos necessários na sua propriedade sem comprometer o capital necessário a ser investido na safra seguinte, sendo este mecanismo disponibilizando através de uma concessão de crédito com taxas de juros e condições de pagamento diferenciadas.

Após a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, Leite (2001) afirma que o crédito rural entra em uma fase na qual se caracteriza por uma grande disponibilidade de recursos oferecidos. Esta fase foi de 1965 a 1985 e após 1985 se tem uma segunda fase, caracterizada por uma queda nos recursos e modificações na conjuntura econômica e na política agrícola.

Analisando, conforme Casco (2012), tem-se uma última fase que se inicia a partir do ano 2000 com a retomada das operações de crédito e um aumento no volume de recursos.

Figura 6 – Volume de crédito rural ofertado no Brasil a partir de 1985 até 2011 (em milhões de Reais).



Fonte: Dados extraídos do site do Banco Central do Brasil (BACEN), Manual de Crédito Rural 2011, citado por CASCO, 2012.

De posse destes dados é possível observar que, na sua implantação em 1965, as políticas de Crédito Rural tinham como principal objetivo fortalecer economicamente os produtores, incentivando novos métodos capazes de ampliar a produção com aumento de produtividade, visando ampliar a produção brasileira de *commodities* agrícolas dentro de um padrão de desenvolvimento voltado à exportação. É nesta lógica que a Extensão Rural se consolida juntamente com o sistema de crédito. O caráter educativo do início da extensão (década de

1940) não desaparece, mas fica em segundo plano quando o crédito entra em cena e passa a exigir da extensão uma grande dedicação.

Embora os objetivos e as noções de Extensão Rural tenham mudado muito nos últimos anos, a importância do crédito não desapareceu, pois para que os objetivos da Extensão Rural possam ser alcançados de forma mais concreta e facilitada se tem a necessidade da obtenção destes recursos, ou seja, como afirma Aquino (2010), o Crédito Rural, especialmente o PRONAF, é um instrumento para concretizar os projetos e proporcionar melhorias nas unidades de produção agrícola.

É importante relatar que os espaços rurais brasileiros abrigam uma imensa diversidade social, cultural e ecossistêmica de modo que tanto o sistema de crédito, como o da Extensão Rural devem estar estruturados de modo a dar suporte às situações diversificadas e a gama de atividades que os agricultores desenvolvem.

Pode-se incluir também que o objetivo do Crédito Rural é a geração de ganhos o suficiente para que os agricultores consigam efetuar os pagamentos dos financiamentos obtidos com juros. Atualmente, para o Crédito Rural as taxa de juros são menores quando comparado com outras modalidades de empréstimos, sendo que um dos papéis da Extensão Rural, de modo especial o da EMATER/RS – ASCAR é de fornecer a documentação que comprove que este produtor seja classificado como agricultor familiar e desta forma tenha direito a determinadas linhas de crédito com o benefício de juros diferenciados. Para isto um dos trabalhos realizado neste estágio foi o auxílio na emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao PRONAF) (anexo D), ficando visível desta forma a interação que se tem entre a Extensão Rural e o Crédito Rural.

Conforme Aquino (2010), o financiamento da agricultura familiar através do Crédito Rural funciona como um instrumento importante para conter o êxodo rural através do estímulo a criação e manutenção de ocupações produtivas no campo, elevando substancialmente o nível tecnológico destas propriedades e conseqüentemente sua produtividade, fatores estes igualmente buscados pela Extensão Rural promovida pela EMATER/RS - ASCAR do município de Passo Fundo.

5. ATIVIDADES REALIZADAS

5.1 Acompanhamento na Assistência Técnica aos produtores

A Assistência Técnica consistia no atendimento ao público diretamente no escritório ou por meio de visitas realizadas nas propriedades. Essas visitas eram feitas sempre com o acompanhamento de um Engenheiro Agrônomo ou Técnico Agrícola e agendadas pelos agricultores diretamente no escritório da EMATER/RS - ASCAR ou por telefone. Consistiam basicamente na verificação dos problemas descritos pelos agricultores, sendo posteriormente executada uma análise de cada caso, para assim ser definido qual o melhor processo a ser tomado.

Geralmente, essas visitas eram programadas de acordo com a localização da propriedade dentro do município, ou seja, para cada distrito as visitas eram feitas em um dia ou em meio turno, nos locais requisitados. Em algumas vezes, eram feitas visitas a outras propriedades que não possuíam visita agendada, para ter um conhecimento mais apurado do andamento da safra e das condições em que as culturas se encontravam.

Nessas visitas técnicas, sempre era relatado sobre o andamento da safra com o proprietário e sua família, principalmente em propriedades que tinham como cultivo a soja, em que a mesma estava em fase de enchimento de grãos, sendo de fundamental importância o correto acompanhamento, para que a mesma tenha assim as condições ideais e consiga expressar seu máximo potencial produtivo de forma satisfatória.

Também, na oportunidade, foi realizada uma visita técnica a um grupo de pecuaristas do município de Lagoão/RS. O objetivo da visita foi promover uma palestra técnica sobre o manejo das pastagens, ou seja, foi debatido aspectos da pecuária de corte como o vazio forrageiro que se dá no final do inverno, pois as pastagens de inverno se apresentam em fase de declínio e as pastagens de primavera estão ainda se estabelecendo. Também foi debatido a expansão do cultivo da soja, onde devido a entrada desta cultura nestas áreas obriga os produtores a comercializarem seu gado justamente em uma época onde os preços normalmente estão em declínio. Sendo assim, a proposta da palestra realizada nesta oportunidade foi a de o produtor deixar uma área sem efetuar o plantio da soja para possibilitar a colocação deste gado para a fase de terminação. Desta forma é possível se chegar aos meses de dezembro e janeiro e

assim comercializá-los nesta época, tendo em vista que neste período se tem uma tendência de aumento dos preços pela maior procura devido às festas de fim de ano.

5.2 Execução de Laudos de Comprovação de Perdas

O clima é o principal fator responsável pelas oscilações e frustrações das safras agrícolas no Brasil. Diversas análises da produção agrícola apontam alta correlação entre variações de safras das principais culturas e as condições meteorológicas e climáticas. Em geral, as condições hídricas são as que mais afetam a produção das lavouras.

No estágio foi possível observar e ajudar na quantificação de perdas de produção devido à ocorrência de fatores climáticos adversos, como o déficit hídrico, que foi o principal evento que causou perdas no município, principalmente na cultura do milho que já se encontrava no estágio final de seu desenvolvimento, com seu potencial produtivo já definido. Nas áreas periciadas durante o estágio foi verificado que na safra de 2013/2014 ocorreu reduções significativas na produtividade, porém atingindo um número reduzido de agricultores.

Desta forma, os agricultores que adquiriram financiamentos através do Crédito Custeio para a implantação de suas lavouras são beneficiados pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), cuja finalidade é garantir que sua parcela devedora seja quitada em caso de perdas pela ocorrência de fenômenos naturais ou pragas e doenças que atinjam rebanhos ou plantações. Sendo assim, o produtor inicialmente comunica o agente responsável pelo crédito e o mesmo define um profissional para fazer a vistoria em sua área e verificar se realmente existem as perdas comunicadas. Neste caso, era a EMATER/RS-ASCAR que realizava essas vistorias.

No caso da contratação de cobertura do PROAGRO, a assistência técnica é obrigatória, ou seja, fica evidente a interação que se tem entre o crédito rural e a extensão rural, tendo-se em vista que para adquirir determinadas linhas de crédito obrigatoriamente o produtor necessita de um acompanhamento, sendo este realizado na maioria das vezes pela EMATER/RS – ASCAR. Neste caso, vale salientar que seu custo não pode exceder 2% do valor do projeto financiado. Este mecanismo garante 80% da receita bruta esperada com um limite de cobertura da renda líquida de até R\$ 20 mil (Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015).

Desta forma, após a Comunicação de Ocorrência de Perdas pelo agente financeiro (Anexo A) é executada a vistoria da área para analisar se foram dadas as condições ideais para o bom desenvolvimento da cultura e se de fato as perdas relatadas foram decorrentes de fatores ambientais. Neste caso, a maioria das situações visitadas apresentavam problemas de deficiência hídrica, sendo que, este fenômeno apresenta cobertura pelo programa. Desta forma era feito o preenchimento do Relatório de Comprovação de Perdas (Anexo B), onde se comprovava as possíveis reduções na produtividade da lavoura através de um laudo assinado pelo produtor e pelo engenheiro agrônomo que realizou a avaliação.

Uma das atividades realizadas no momento era fazer o uso do GPS a fim de medir a área plantada visando verificar se a mesma era compatível com a área financiada. De posse da área total era estimada a produtividade da cultura, marcado um ponto georreferenciado e tirado 3 fotos (do produtor, da área total e de detalhes que justificavam as perdas) formando assim o laudo que era entregue ao agente financeiro.

Figura 7 - Perdas devido a problemas de polinização em decorrência do déficit hídrico.



Fonte: Arquivo pessoal

A maior parte das reduções no rendimento de grãos na cultura do milho é causada por estresses hídricos, entre duas semanas antes e duas semanas após o espigamento. A maior redução resulta de estresse no espigamento (estádio R1). Isto também é verdadeiro com outros tipos de estresses ambientais, como de nutrientes, altas temperaturas ou granizo. No caso da implantação de um sistema de irrigação, o período de quatro semanas ao redor do espigamento é o mais importante (BERGAMASCHI, MATZENAUER, 2014).

No caso de uma polinização deficiente como vista na Figura 7, esta causa falhas na fecundação de óvulos e reduz o número de grãos por espiga, deixando parte do sabugo à mostra. Períodos prolongados de déficit hídrico, associados a altas temperaturas, podem retardar a emissão dos estigmas, impedindo a polinização (BERGAMASCHI, MATZENAUER, 2014).

5.3 Adequação e implantação de Agroindústrias

O município de Passo Fundo possui 18 agroindústrias familiares com um contingente de 29 famílias envolvidas. Conforme relatório de atividade referente ao ano de 2013 foi prestado neste mesmo ano o assessoramento técnico para 14 indústrias (EMATER/RS-ASCAR, 2013). No decorrer do estágio, foi possível o acompanhamento com ênfase na implantação e encaminhamento de documentação para a regularização desta atividade, de modo que estes produtores consigam acessar o selo “Sabor Gaúcho”. Também, na mesma oportunidade, foi possível a participação em palestras voltadas a agricultores e visitas as suas propriedades a fim de orientá-los sobre as boas práticas de fabricação que os mesmos devem adotar.

Figura 8 - Curso de capacitação para agroindústrias de panificação.



Fonte: EMATER/RS – ASCAR Passo Fundo.

Um dos objetivos da extensão rural é fortalecer a organização entre as instituições de forma a ampliar o seu público alvo, especialmente no que se refere às agroindústrias, fato este comprovado pelos encontros promovidos pelo escritório municipal da EMATER/RS – ASCAR do município de Passo Fundo, que em função dos programas como o PAA (Programa

de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Abastecimento Escolar) e por ser o município um grande centro consumidor, ocorre uma demanda crescente para produtos desta natureza. Desta forma foi desenvolvido um dia de encontro entre todas as agroindústrias da região. Este encontro teve a participação dos dirigentes das escolas que relataram quais eram os produtos demandados por eles e, de posse desta informação, os agricultores trocaram informações entre eles sobre quais eram os produtos que cada um produzia e suas respectivas quantidades, objetivando desta forma atingir estes mercados.

Conforme relatado no encontro, um dos principais problemas é a descontinuidade da produção, sendo assim com a união destas agroindústrias poderia ser ofertado uma maior quantidade de produtos com uma melhor disponibilidade nas diferentes épocas do ano, conseguindo desta forma suprir esta demanda e atingir estes mercados.

Figura 9 - Encontro de Agroindústrias.



Fonte: Arquivo pessoal.

Outro ponto a destacar é a localização dessas agroindústrias, que é no meio rural junto às propriedades, o que permite a fixação da família no campo e amplia a rentabilidade de seu trabalho, fator importante para o desenvolvimento deste meio.

Para a implantação ou adequação destas agroindústrias, o agricultor contava com a linha de crédito PRONAF Agroindústria, que para empreendimentos familiares rurais cujo valor do projeto é de até R\$ 10 mil, os juros cobrados são de 1% ao ano e acima de R\$ 10 mil até R\$ 300 mil apresenta juros de 2 % ao ano. O pagamento deve ser efetuado em até 10 anos com possibilidade de 3 anos de carência (Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015).

5.4 Implantação de Projetos de Irrigação

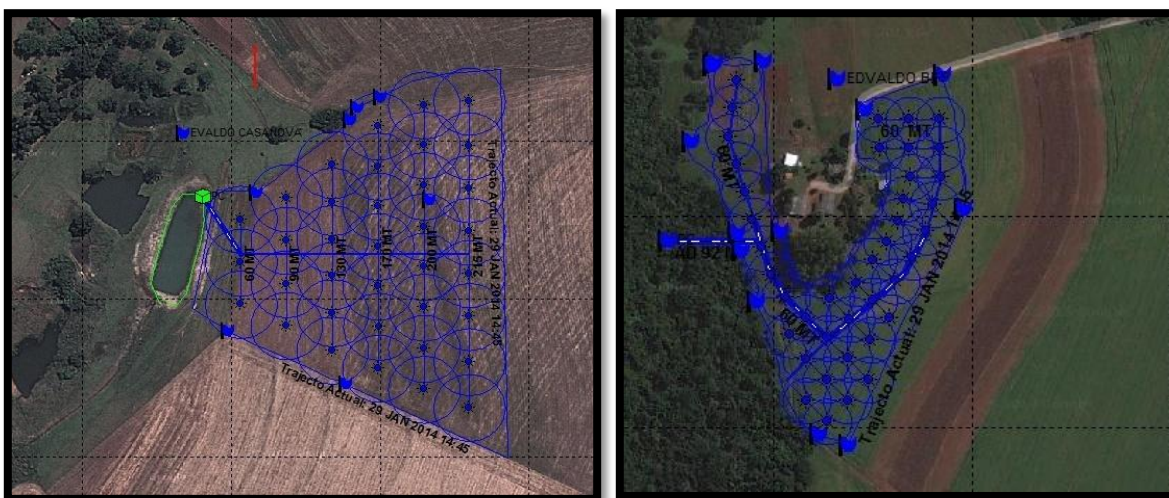
A redução no rendimento das culturas causada por déficit hídrico e o aumento de rendimento devido à suplementação de água pela irrigação, são questões de natureza prática e de grande interesse tanto para extensionistas como para produtores rurais.

Tendo-se em vista a importância que a irrigação tem, no momento do estágio estavam sendo efetuados vários projetos de irrigação e posteriormente ocorria a implantação do sistema na área destinada. Esta ferramenta estava sendo usada principalmente para os pequenos produtores que trabalham especialmente na bovinocultura de leite, servindo para irrigar principalmente pastagens perenes ou cultivos de hortaliças.

O procedimento para viabilizar estes projetos consistia em identificar quais seriam os produtores com potencialidades para a implantação do sistema de irrigação. Sendo assim, primeiramente era executado uma análise em escritório de todos os produtores, dos quais se identificava de forma preliminar os projetos mais prováveis de serem executados. De posse desta relação de produtores eram agendadas visitas aos mesmos para mostrar esta possibilidade e verificar se os mesmos mostravam-se interessados. Quando o produtor se mostrava favorável a proposta, começa um estudo mais aprofundado para demonstrar se o projeto realmente tinha viabilidade técnica.

De posse do projeto, era feita outra visita ao produtor e nesta oportunidade era demonstrado qual ia ser a área possível de ser irrigada, qual o sistema de irrigação mais indicado e quais os custos referentes à implantação do sistema.

Figura 10 - Croqui da Área a ser Irrigada (este é acompanhado pelo memorial descritivo dos equipamentos a serem usados).

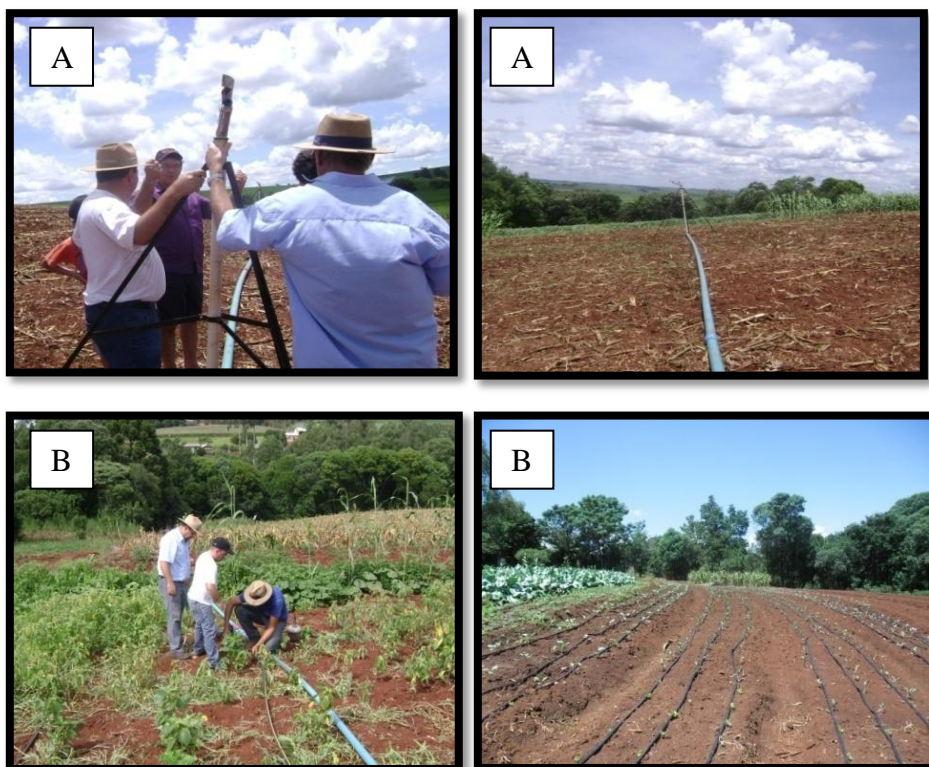


Fonte: Arquivo pessoal

Em caso afirmativo de implantação do sistema era feito a entrada com a documentação no agente financeiro que possibilitava o financiamento da obra. Como a maioria dos beneficiários são provenientes da agricultura familiar, a linha de crédito que estava sendo utilizada no momento era o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) sendo acessado através do programa Mais Água Mais Renda do governo estadual. Neste programa o beneficiário conta com um reembolso de 100% da primeira e da última parcela concedido pelo governo do estado e tem um prazo de 10 anos para o pagamento do projeto com juros de 2% ao ano e possibilidade de 3 anos de carência (SEAPA, 2012).

Este projeto fica com o produtor, e nele esta toda a descrição de equipamentos que deverá ser utilizado para que o produtor possa pesquisar a empresa de sua preferência e efetuar a compra e posteriormente ser feita a instalação. Feita esta escolha, é agendado um dia para a instalação, sendo que neste momento os técnicos da EMATER/RS – ASCAR também faziam o acompanhamento dos trabalhos e a verificação do funcionamento do sistema, auxiliando o produtor de como proceder seu uso. No decorrer do tempo eram realizadas outras visitas para se verificar o progresso da propriedade e se os resultados desejados estavam sendo alcançados.

Figura 11 - Demonstração do funcionamento de um sistema de aspersão (A) e gotejamento (B).



Fonte: Arquivo pessoal.

Em algumas regiões, a frequência de anos secos chega a 20%, sendo assim, o dimensionamento das necessidades de água para cada espécie e a análise das disponibilidades hídricas para as culturas são fundamentais para o entendimento das relações hídricas e para a elaboração de projetos de irrigação. Desta forma fica evidente a necessidade de um contínuo acompanhamento dos produtores através da Extensão Rural antes e após a implantação do sistema de irrigação, pois o produtor deve sentir-se seguro quanto às definições de quando irrigar, quanto irrigar, quais os períodos mais críticos da cultura, etc, a fim de otimizar o uso da água na agricultura visando a sustentabilidade dos sistemas de produção que é um dos pilares da extensão rural promovida pelos técnicos na unidade em que o estágio foi realizado.

5.5 Participação em Reuniões

No presente estágio foi possível a participação em diversas reuniões principalmente de órgãos vinculados com meio agrícola que solicitavam a participação da EMATER/RS – ASCAR. Um exemplo disso foi às participações por duas vezes em reuniões realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a fim de avaliar quais as culturas que estavam sendo plantadas no município, sua área, seu estágio de desenvolvimento e seu rendimento médio esperado (Anexo C). Para isto era formado um grupo de pessoas de diferentes órgãos e instituições com o intuito de debater quais eram os dados mais prováveis de serem adotados para os quesitos acima citados. De posse dos mesmos, estes passariam a fazer parte das estatísticas publicadas pelo IBGE.

Sendo assim, em uma análise mais detalhada dos dados, identifica-se que apesar de se ter a predominância no município de Passo Fundo das culturas de trigo, aveia, soja e milho encontra-se também uma diversidade de produtos e de outras culturas com uma área menos expressiva, mas não menos importante, evidenciando desta forma o papel que a Extensão Rural está desempenhando no município como forma de diversificação destas propriedades.

Outras participações também foram realizadas na Secretaria de Agricultura do município para avaliar a destinação de verbas para ser disponibilizado calcário agrícola para os produtores do município. De forma inicial optou-se em conjunto que esta verba beneficiaria agricultores familiares, para isto foi definido que apenas os agricultores que apresentavam DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) poderiam ser beneficiados e que a quantidade a ser destinada a cada um seria conforme sua área, ou seja, abrangendo a quantidade de terras em ordem crescente para seu enquadramento havendo um limite máximo pré-estabelecido de calcário para cada agricultor até atingir o volume de calcário total disponível.

6. DISCUSSÃO

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 destaca um aumento no crédito ofertado para a agricultura familiar, sendo retratado que este volume é dez vezes maior do que o contratado há 12 anos, saltando de R\$ 2,3 bilhões, em 2002/2003 para R\$ 24,1 bilhões neste ano, ou seja, relata que obteve um aumento de 14,7% quando comparado apenas com o da safra passada. Por outro lado, este aumento na oferta de crédito pode não ser tão expressivo desta forma se analisado o aumento da área plantada que ocorreu nos últimos anos e principalmente o aumento dos custos de produção. Sendo assim, esta oferta de crédito pode não suprir de forma satisfatória as diferentes classes de agricultores, visto que ainda se evidencia muitos produtores buscando financiamentos diretamente nas suas cooperativas, fazendo antecipações de vendas futuras ou até mesmo financiando seus insumos de forma direta para pagamento com sua produção. Este fato pode estar ocorrendo devido à concentração do crédito na mão de poucos produtores tendo em vista como relatado no início do trabalho que muitos produtores se dirigiam ao escritório a fim de obterem informações de como seria o procedimento para obter este crédito, pois nunca haviam adquirido este benefício, ou seja, ficou evidente a dificuldade de muitos agricultores em lidar com os agentes de crédito e com a burocracia e se enquadrar nas normas do PRONAF.

Ao se avaliar o crédito feito pelas entidades bancárias nos diferentes tipos de mercados, identifica-se que o retorno obtido por estas instituições são mais atraentes por sua parte quando os empréstimos são para pessoas físicas em outras modalidades se comparado com o crédito destinado ao setor rural, fazendo com que o empréstimo destinado ao Crédito Rural fique deficitário. Sendo assim, é de fundamental importância a manutenção de políticas públicas destinadas a agricultura familiar, a fim de dar suporte financeiro para os projetos desenvolvidos pela Extensão Rural como os da EMATER/RS – ASCAR e manter condições para que os pequenos agricultores rurais consigam competir no mercado que muitas vezes é formado por empresários rurais, em que a obtenção de crédito por sua parte não encontra dificuldades.

A agricultura cada vez mais torna-se dinâmica com o passar do tempo e desta forma se tem a necessidade de uma modernização também nas linhas de crédito a fim de atingir todas as classes de produtores, para que estes consigam suprir suas demandas em virtude de seus

investimentos e com isso consigam acompanhar de forma que possam atingir os objetivos almejados pela Extensão Rural resultando em um aumento na renda e conseqüentemente formando um ciclo que se auto-alimenta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a permanência no estágio verificou-se que o objetivo da EMATER/RS – ASCAR em especial os técnicos do escritório municipal de Passo Fundo visa em suas metas sempre buscar a permanência dos agricultores de seu município no meio rural por meio de investimentos na implantação de projetos em suas propriedades.

Para que estes objetivos sejam atingidos é necessário continuamente se ter linhas de créditos diferenciadas, visto que na maioria das vezes os produtores encontram-se descapitalizados, o que dificulta a realização deste investimento inicial projetado pela Extensão Rural. Sendo assim, sua permanência nas atividades agrícolas fica dificultada e caso não consiga obter este crédito abrirá espaço para a expansão das monoculturas trigo/soja pela compra ou arrendamento de suas terras por investidores da região que investem no agronegócio inviabilizando assim sua permanência no campo. Desta forma, é de fundamental importância a manutenção das linhas de crédito especialmente aquelas voltadas para a agricultura familiar como o PRONAF, visto que a maior parte dos trabalhos realizados pela Assistência Técnica como os da EMATER/RS - ASCAR está intimamente ligada a este fator.

Um fato de grande importância na Extensão Rural praticada no município pelos técnicos da EMATER/RS – ASCAR é a contínua busca da qualificação dos produtores assistidos, a fim de que estes tomem ciência da importância de uma correta busca de recursos e uma correta condução das propostas definidas pela Extensão Rural. Assim, torna-se possível promover um crescimento pessoal e coletivo no meio em que vivem, progredir economicamente é sempre uma das metas buscadas para que a permanência dessas famílias no campo possa ser viável e concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. R. & Schneider, S. **12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica.** In *Anais do Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*, Porto de Galinhas, (2010).

BERLATO, A.M., FONTANA, D. C. **El Niño e La Nina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.110.

BERGAMASCHI, H. Desenvolvimento do déficit hídrico em culturas. In: BERGAMASCHI, H. (Coord.). **Agrometeorologia aplicada à irrigação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 25-32.

BERGAMASCHI, Homero; MATZENAUER, Ronaldo. **O milho e o clima.** Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2014. 84 p. il.

BEUX, Paulo Ivan Schütz. **Articulação histórica da agricultura com o advento da agroindústria em Passo Fundo: considerações sobre a constituição e a consolidação de um complexo agroindustrial – 1960 a 1980.** Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

CASCO, Amanda Silveira. **A política de Crédito Rural e o desempenho da Agricultura Brasileira: Uma análise de 1985 a 2012.** Porto Alegre, 2012.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2010.

Diário Oficial da União. **Resolução n.º 26 de 28 de novembro de 2001.** Publicada no D.O.U. de 17/01/2002, Seção 1, página 106.

EMATER/RS-ASCAR. **Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural. Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. Relatório de Atividades.** Porto Alegre, 2005.

EMATER/RS-ASCAR. **Dados internos da instituição.** Escritório Municipal de Passo Fundo, 2014.

EMATER/RS-ASCAR. **Relatório de Atividades Ano Base 2013.** Escritório Municipal de Passo Fundo, 2013.

FERRETTO, DIEGO. **Passo Fundo - Estruturação urbana de uma cidade média gaúcha.** São Paulo, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa Populacional 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431410>> Acesso: 06 de agosto de 2014.

INMET. Balanço hídrico climatológico do município de Passo Fundo. Disponível em:<<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=agrometeorologia/balancoHidricoClimatico>> Acesso: 06 de agosto de 2014.

LEITE, S. P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 16, p.129-163, abr. 2001.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Política Agrícola Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola> Acesso: 24 de agosto de 2014.

MASSUQUETTI, A. A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97. Porto Alegre 1998.

MORETTO, Cleide Fátima.; MATTOS, Marília. Condepro: estatísticas sócio-econômicas - Organização. Passo Fundo: UPF, 1997.

Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Condi%C3%A7%C3%B5es%20do%20Cr%C3%A9dito%202014-2015.pdf> Acesso: 09 de agosto de 2014.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. Brasília, 2008.

Prefeitura Municipal de Passo Fundo - Características Físicas. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/up/secao.php?p=33&a=7&pm=18>> Acesso: 07 de agosto de 2014.

PRETTO, José Miguel. Amplitude e restrições ao acesso de Pronaf investimento no Rio Grande do Sul – um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2005.

RÜCKERT, Aldomar A. Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930/1990. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SEAPA - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/1032/?Mais_%C3%81gua%2C_Mais_Renda> Publicado em: 24 de agosto de 2012. Acesso: 06 de agosto de 2014.

SILVA, P. A agrodiversidade como estratégia de viabilização da unidade de produção familiar no município de Passo Fundo – RS. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2003.

SOBARZO, Oscar. **Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio.** In: Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS; Editora UFRGS. 2008. 222 p.

TEDESCO, João Carlos. et al. **Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980.** Porto Alegre: EST, 2005.

ANEXOS

Anexo A - Laudo recebido da unidade financiadora comunicando as perdas ocorridas (Manual de Crédito Rural, 2014).

Comunicação de Ocorrência de Perdas (COP)

01. Agente do Proagro (CNPJ e Nome)		02. Agência Operadora (CNPJ e Nome)	
03. Comunicamos a ocorrência de perdas em nossa exploração rural, decorrentes de causas amparadas pelo "Proagro Mais". Em consequência, solicitamos a cobertura do programa na forma regulamentar.			
04. N° da Operação	05. N° Ref. Bacen	06. Empreendimento (Cód. e Nome)	
07. Crédito Enquadrado	Recursos Próprios 08. Enquadrados		09. Área Financiada (ha)
10. Município (Cód. e Nome)	11. Evento	12. Período do Evento __/__/__ a __/__/__	
13. Período da Colheita __/__/__ a __/__/__		14. Local e Data	
15. Beneficiário do "Proagro Mais" (CPF e Nome)			
16. Assinatura do Beneficiário			
17. Recibo COP - Data, Nome e Assinatura do Agente do Proagro			

Solicitação de Comprovação de Perdas (SCP)

18. Executor da Comprovação de Perdas (CPF/CNPJ e Nome)	
19. Para efeito de processamento do pedido de cobertura, solicitamos efetuar comprovação de perdas na exploração rural indicada na COP acima, para o que juntamos a documentação devida.	
20. Local e Data	21. Nome e Assinatura do Agente do Proagro
22. Recibo da SCP - Data e Assinatura do Executor da Comprovação de Perdas	

Laudo Pericial de Comprovação de Perdas Único (LPCPU)

23. Lavoura Cultivada	24. Área Cultivada (ha)	25. Período de Plantio __/__/__ a __/__/__	
26. Evento (Cód. e Nome)	27. Período do Evento __/__/__ a __/__/__	28. Período da Colheita __/__/__ a __/__/__	
29. Informações Básicas:			
		SIM	NÃO
a) foi possível comprovar com segurança o (s) evento (s) e as perdas ocorridas ?			
b) a lavoura foi implantada no local previsto no instrumento de crédito ?			
c) as parcelas de financiamentos foram aplicadas na sua totalidade ?			

30. Quadro Geral da Produção:	
a) indicar a produção prevista no instrumento de crédito (Kg)	
b) quantificar a produção estimada após o evento (Kg)	
c) indicar o preço do produto (R\$/Kg), exclusivamente no caso de perda de qualidade decorrente de causa amparada	
d) quantificar as perdas não amparadas (Kg)	
31. Registrar outros dados e informações julgados necessários	
32. Data da Comprovação das Perdas	33. Data do LPCPU
34. CREA, Nome e Assinatura do Executor do LPCPU	
35. Recibo do LPCPU - Data, Nome e Assinatura do Agente do Proagro	

Anexo B - Laudo utilizado para Comprovação de Perdas (Manual de Crédito Rural, 2014).

RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE PERDAS

Tipo de Relatório de Comprovação de Perdas: () Preliminar () Final/Único () Reinspeção

Executor da comprovação de Perdas			
01. Nome:	02. CPF/CNPJ:	03. Agencia/Conta Corrente:	
04. Endereço Completo:			05. Telefone - DDD

Identificação do mutuário e operação de crédito		
06. Nome do beneficiário:		07. CPF/CGC:
08. Número da Operação:	09. Agente do Proagro:	10. Agência Operadora:

Evento causador das perdas	
11. Tipo(s) do evento(s) causador da perda:	12. Período do evento
	Início:
	Fim:
13. Foi possível comprovar com segurança o evento e as perdas ocorridas? () SIM () NÃO. Em caso negativo, registrar os motivos:	
14. A Comunicação de perdas foi intempestiva? () SIM () NÃO Considerou-se a comunicação de perdas intempestiva porque foi efetuada: a) em data que não mais permitiu: () apurar as causa e a extensão das perdas; () identificar os itens do orçamento não realizado, total ou parcialmente; () aferir a tecnologia utilizada na condução do empreendimento, inclusive quanto as condições do Zoneamento Agrícola. b) no caso de evento ocorrido antes da colheita, após o início: () da colheita; () da alteração derrubada parcial ou total da lavoura. c) () no caso de evento ocorrido durante a colheita, após três dias úteis do início do sinistro. d) () após o término da vigência do amparo do programa definida no MCR 16.2.	
15. A comunicação das perdas foi indevida? () SIM () NÃO Considerou-se a comunicação de perdas indevida porque foi: a) () intempestiva; b) () constatado que o insucesso do empreendimento decorreu exclusivamente do uso de tecnologia inadequada ou de evento não amparado; c) () constatado o descumprimento das regras de Zoneamento Agrícola ou das normas aplicáveis ao Proagro; d) () efetuada na época da colheita, e o valor da receita gerada no empreendimento foi superior a 120% do valor enquadrado.	
Empreendimento atingido	
16. Cultura:	17. Área financiada
	18. Área cultivada
	19. Época do plantio
	20. Época da colheita
21. Cultivar/semente: () própria () recomendada no zoneamento agrícola () local, tradicional ou crioula -	

cadastrada na SEAF				
22. Tipo de solo do imóvel do empreendimento (conforme conceito de zoneamento agrícola): () tipo 1 () tipo 2 () tipo 3				
23. A lavoura foi implantada no local previsto no instrumento de crédito? () SIM () SIM - Parcialmente () NÃO No caso de área cultivada inferior à financiada, informar as razões:				
24. Os recursos previstos (crédito e recursos próprios) foram aplicados corretamente até o evento? () SIM () NÃO - Se negativo, quantificar e esclarecer:				
25. Houve remanejamento de verbas previstas no orçamento analítico inicial? () SIM - Se positivo, justificar quanto a adequação técnica e econômica. () NÃO				
26. Desenvolvimento da cultura:				
Produção colhida até a primeira visita (campos 26 a 35 - apenas para relatório preliminar)				
27. Produto	28. Área colhida - ha	29. Rendimento - kg/ha	30. Produção colhida	
31. Cultura com maturação não uniforme:				
Produção a colher - dados considerados para apuração da produção (amostragem)				
32. Produto	33. Área a colher - ha	34. Rendimento - kg/ha	35. Produção estimada - kg	36. Previsão para término da colheita
Perdas não cobertas (observe MCR 16-5-3)				38. Executor da comprovação de perdas (carimbo e rubrica). Data da visita para comprovação.
37. Especificação:				
Quadro final da produção (para relatório final/único)				
39. Produto	40. Produção esperada na contratação da operação (kg)	41. Produção esperada após o evento (kg)	42. Produção final prevista (kg)	43. Receita prevista - R\$
44. Justificativa para a divergência entre a produção indicada nos itens 41 e 42:				
45. Comentários sobre a qualidade do produto colhido: Houve perda de qualidade? Produto de qualidade regular, apresentando grãos esverdeados .			45. Período de realização da colheita:	
Informações adicionais				
47. a) Os recursos previstos (crédito e recursos próprios) foram aplicados corretamente até a conclusão da perícia? () SIM () NÃO - se negativo, quantificar e esclarecer: b) estão sendo anexadas três fotos da lavoura conforme MCR 16.4.14-c? () SIM () NÃO c) foi efetuada a medição por GPS, se a área for superior a 1 ha ou por trena para área inferior a 1 ha? () SIM () NÃO				
48. Acrescentar quaisquer outros dados ou informações julgadas necessárias, inclusive quanto às recomendações contidas no comunicado de perdas e solicitação de perícia.				

Outras áreas, com a mesma cultura, não objeto deste financiamento - informações do mutuário	
49. Área cultivada:	50. Produção colhida:
Informações gerais	
51. Data da realização da vistoria:	52. Pessoa que acompanhou o comprovador no imóvel :
a) quais as recomendações feitas ao mutuário?	
b) quais as providências sugeridas ao agente?	
Profissional responsável pela comprovação de perdas	
54. Nome:	55. Data do relatório:
56. Assinatura:	57. Registro no CREA/Região:
Profissional responsável pela comprovação de perdas	
58. Recibo - Data e assinatura	

Anexo C - Levantamento de dados evidenciando a cultura, fase de desenvolvimento, área plantada e rendimento médio esperado para o município de Passo Fundo (Fevereiro/2014) (Documento pessoal).

Cultura	Fase Anterior (Janeiro 2014)	Fase Atual (Fevereiro 2014)	Área Atual (ha)	Rendimento Médio Esperado Anteriormente (Kg/ha)	Rendimento Médio Esperado Atualmente (Kg/ha)
Alho	6	6 a 7	3	3000	3000
Amendoim	4	5	10	1800	1800
Aveia	6	6	300	3000	3000
Batata-Doce	4	4	10	18000	18000
Cebola	6	6	10	15000	15000
Cevada	6	6	600	3900	3900
Canola	6	6	400	1800	1800
Feijão 1 ^a Safra	5	5/50	20	1800	1800
Feijão 2 ^a Safra	1	3	40	1700	2000
Melancia	4	5/50	6	25000	25000
Melão	4	5/50	3	17000	17000
Milho*	4	5/10	1600	6500	5000
Soja	3/95	4/100	38700	3300	3300
Trigo	6	6	300	4000	4000
Cana açúcar	4	4	5	35000	35000
Mandioca	4	4	20	15000	15000
Caqui	4	4	10	15000	15000
Erva-mate	5	5/10	58	10000	10000
Laranja	6	6	25	18000	18000
Figo	4	5/50	2	15000	15000
Noz Pecan	11	11	6	2500	2500
Pêssego	5/50	6/100	14	10000	10000
Tangerina	11	11	10	17000	17000
Uva (mesa)	4	5/50	5	12000	15000

*220 ha de silagem

Fases: 0 (não informado), 1 (Intenção de plantio), 2 (Preparo do solo), 3 (Plantio), 4 (Tratos culturais), 5 (Colheita em andamento), 6 (Colheita concluída), 7 (Comercialização), 8 (Germinação), 9 (Floração), 10 (Frutificação), 11 (Entressafra)

Anexo D - Exemplo de formulário para confecção da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) (Manual de Crédito Rural, 2014).

DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

Eu, _____, inscrito no CPF nº _____ e RG nº _____, brasileiro, estado civil _____, agricultor, residente e domiciliado na _____, município de _____ -RS, DECLARO para fins de enquadramento nas regras do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o que segue:

Não sou proprietário ou exploro área superior a quatro módulos fiscais.

A mão de obra utilizada na exploração agropecuária é predominantemente familiar e a minha renda anual já observados os percentuais de rebate, não ultrapassa o valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), e observados os percentuais máximos de renda externa ao estabelecimento de no máximo 50% (cinquenta por cento), conforme disposto na Resolução 4.107/2012.

Para a comprovação das rendas proveniente da exploração agropecuária do estabelecimento e/ou renda externa, apresentei os seguintes documentos:

- a) ----- R\$ -----
- b) ----- R\$ -----
- c) ----- R\$ -----
- d) ----- R\$ -----

E por ser expressão da verdade e sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Proprietário